



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA - DITEC/PF

Processo nº 08200.006863/2017-01

PROJETO BÁSICO¹

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º/2017

(Processo Administrativo n.º 08200.006863-2017-01)

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviço de expansão do cabeamento estruturado do prédio da Diretoria Técnico-Científica, com fornecimento de material, mão de obra e garantia de funcionalidade pelo período de 12 (doze) meses, por meio de empreitada integral, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM: 01

MENOR VALOR ESTIMADO: R\$ R\$ 14.502,50

DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO: Serviço de expansão do cabeamento estruturado do prédio da Diretoria Técnico-Científica, conforme as seguintes condições e exigências:

- a) Deverão ser instalados 47 (quarenta e sete) pontos de rede certificados na categoria 5e (Cat.5e) nos termos deste Projeto Básico, divididos entre os blocos A, B, C e D do edifício da DITEC/PF, com o respectivo cabeamento desde os switches das salas de telecomunicações até os locais de instalação dos pontos de acesso (access points) definidos na cópia do relatório de site survey juntada aos autos do Processo Administrativo n. 08200.006863-2017-01;
- b) A Contratada deverá empregar às suas expensas exclusivas todo o material eventualmente necessário, que deve ser atóxico, como cabos metálicos de par trançado (UTP) homologados para Cat.5e, eletrocalhas ou eletrodutos anti-chama (copex), patch panels, cabos de ligação (patch cords) com a dimensão apropriada e conectores (RJ-45 e keytones);
- c) Os patch panels deverão ser constituídos de tomadas padrão RJ-45 fêmea;
- d) Todos os cabos e demais materiais empregados deverão estar de acordo com as normas ANSI/TIA/EIA e NBR pertinentes, para categoria 5e;
- e) A Contratada deverá empregar às suas expensas exclusivas toda a mão de obra e demais serviços, como conectorizações, testes de conectividade e certificações de pontos de rede, para efetuar a expansão do cabeamento, a fim de que os pontos estejam certificados e efetivamente conectados aos switches de cada sala de telecomunicações dos blocos;
- f) Os serviços deverão ser efetuados de forma a não afetar o funcionamento dos serviços já em operação, garantindo a continuidade dos serviços atuais aos usuários;
- g) Poderão ser utilizados os dutos e calhas já instalados no prédio da DITEC/PF, desde que haja disponibilidade para os novos cabos objeto desta contratação;
- h) Nos locais em que não houver dutos ou calhas disponíveis, a Contratada deverá providenciar este material, com as características apropriadas para cabeamento estruturado em ambiente predial interno e instalá-los de forma não aparente, embutida;
- i) Qualquer custo com material adicional que seja necessário e que não esteja especificado claramente na proposta comercial da Contratada será de sua exclusiva e única responsabilidade;
- j) A DITEC/PF será responsável pela disponibilidade das portas nos *switches* já existentes, instalados nas salas de telecomunicações, para o cabeamento objeto desta contratação;
- k) A expansão do cabeamento objeto desta contratação visa à instalação de pontos de acesso (access points de rede wireless), portanto os pontos de rede deverão ser instalados

- no nível do teto de cada um dos 47 (quarenta e sete) locais indicados (sala ou corredor);
- l) Para cada um dos pontos deve ser fornecido um patch cord de 50 cm de comprimento;
- m) Todos os pontos deverão ser identificados junto aos conectores tanto nos patch panels quanto nos pontos de conexão dos pontos de acesso;
- n) Os testes e a certificação dos pontos deverão ser obrigatoriamente acompanhados por um técnico da Área de Tecnologia da Informação da DITEC/PF;
- o) Durante a instalação e testes, a Contratada deverá se responsabilizar pelo fornecimento e segurança de todo o ferramental de instalação e instrumental de testes.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de serviços de cabeamento estruturado para o prédio desta Diretora e do Instituto Nacional de Criminalística, nos blocos A, B, C e D, visa viabilizar a instalação efetiva de pontos de acesso (access points) nestes blocos a fim de prover conectividade de rede sem fio (wireless) aos usuários dos serviços de tecnologia da informação do órgão. Os referidos access points já foram adquiridos por meio do Contrato n. 34/2016-DITEC/PF e a instalação será efetuada pela empresa contratada deste Contrato 34/2016.

2.2. A efetivação da instalação da rede sem fio na DITEC/PF traz vários benefícios, como a economia futura ao evitar outras contratações para cabeamento físico a fim de conectar computadores em laboratórios sem infraestrutura de rede atual, disponibilidade de conexão de rede em salas de treinamentos, salas de reunião e para dispositivos móveis (smartphones, tables etc) que precisam ser conectados com segurança à rede da DITEC/PF, dentre outras vantagens.

2.3. O serviço deverá ser prestado em uma única etapa, sem a necessidade de divisão em tarefas e sem a necessidade de desembolsos parciais, pois trata-se de uma única atividade de cabeamento estruturado, com instalação de portas e pontos de rede, além de extensão de cabos e dutos (onde for o caso) e por fim com testes e certificação como meio de comprovar a efetividade do serviço executado. Desta forma, o serviço ao final oferecerá a conectividade de rede plena e completamente pronta e apta ao fim a que se destina, sendo apropriado, portanto, a contratação por empreitada integral.

2.4. No aspecto ambiental, a instalação de pontos de rede embutidos, com cabos conduzidos em dutos e calhas ocultos, sobre o forro do teto ou por trás de divisórias e paredes de alvenaria, será ambientalmente apropriada. De igual modo, o material utilizado deverá ser, dentro das disponibilidades de mercado e das normatizações técnicas em vigor, imune à condução de chamas.

2.5. O quantitativo demandado para a contratação é, conforme cópia do relatório de site survey juntado aos autos do Processo Administrativo n. 08200.006863-2017-01:

Bloco	Andar	Pontos de rede
Bloco A	Semi-enterrado	05
	Térreo	05
	1º Pavimento	06
Bloco B	Térreo	06
	1º Pavimento	06
Bloco C	Térreo	06
	1º Pavimento	05
Bloco D	Térreo	04
	1º Pavimento	04
Total		47

2.6. Com os problemas advindos do atraso do início das obras e reformas nos blocos citados anteriormente, do atual prédio da DITEC/PF, não foi efetuado o serviço de expansão do cabeamento estruturado voltado a recepcionar a instalação da rede sem fio, wi-fi, o que afetou a finalização da execução do Contrato n. 34/2016-DITEC/PF. Este contrato contempla a instalação efetiva dos pontos de acesso a fim de deixar a rede sem fio funcional em toda a DITEC/PF, mas o cabeamento físico para os pontos de acesso da rede sem fio ficaria a cargo da DITEC/PF e não da fornecedora da solução de rede sem fio.

2.7. Desta forma e a fim de viabilizar a instalação efetiva dos pontos de acesso no âmbito do Contrato 34/2016-DITEC/PF, é necessária a expansão do cabeamento estruturado em todos os pavimentos dos blocos do atual prédio do INC, à exceção dos blocos E, onde o cabeamento já foi concluído e certificado, assim como o bloco F que está em fase final de construção, mas já conta com cabeamento concluído para a rede sem fio.

2.8. A contratação deverá contemplar a mão de obra e o material eventualmente necessário, como cabos de rede, patch panels, eletrocalhas ou eletrodutos sobre o forro e insumos, a fim de que estejam disponíveis 47 (quarenta e sete) pontos de rede, certificados na Categoria 5e, conforme quantitativo da tabela anterior e localizados nos pontos destacados no relatório de site survey juntado aos autos deste processo.

2.9. A eventual aquisição de materiais que sejam necessários à consecução dos serviços será

mensurada pela contratada, pois depende de avaliação técnica sua. Desta forma, a aquisição destes materiais separadamente pela Administração, em momento anterior à contratação dos serviços, ensejaria atraso nos trabalhos e maior custo, pois a Administração permaneceria um período maior sem os serviços finais cujo meio é o cabeamento objeto desta contratação e ficaria com as eventuais sobras de materiais (como cabos UTP e dutos). Em função disto, não se vislumbra vantajosidade para a aquisição separadamente da contratação principal sem comprometimento da eficiência da contratação ou da realização do seu objeto. Ademais, o volume de material a ser adquirido não representa parcela significativa em relação ao custo total da contratação, em função de a DITEC/PF já possuir uma infraestrutura de dutos, de calhas e de *patch panels* na maior parte da sua edificação que reduz o volume total novo a ser adquirido.

3. ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

3.1. Os serviços a serem executados seguirão as mesmas diretrizes adotadas para o atual cabeamento da DITEC/PF, portanto resta assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental, pois não afetará a rotina do órgão nem a apresentação visual das instalações.

3.2. O dimensionamento do ponto médio para medida do cabo é de 65 (sessenta e cinco) metros e isto possibilita avaliar o custo dos serviços a serem propostos pelas empresas participantes da pesquisa de mercado. A relação meramente estimativa dos materiais necessários para a execução dos serviços pode ser obtida a seguir, podendo ter itens ou quantitativos acrescentados, reduzidos ou suprimidos nas propostas das pretensas contratadas, a depender da avaliação de cada uma delas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Cabo UTP Cat. 5e	metro	3100
2	Conector macho RJ45 – Cat. 5e	peça	100
3	Conector fêmea RJ45 – Cat. 5e	peça	47
4	Patch cord UTP de 1,5 metro, RJ45-RJ45, Cat. 5e	peça	47
5	Patch cord UTP de 0,5 metros, RJ45-RJ45, Cat.5e	peça	47
6	Eletroduto	metro	10
7	Saída lateral	peça	47
8	Espelho 4x2 para um ponto RJ-45	peça	47

3.3. Para a dimensão dos serviços, a execução é tecnicamente viável em 30 (trinta) dias, considerando a elaboração de um plano de projeto, o cabeamento em si, os testes e certificações e um relatório final para fins de recebimento pela DITEC/PF.

3.4. O produto final deve viabilizar a instalação efetiva dos *access points* ao longo do prédio da DITEC/PF e prover conexão wi-fi aos usuários dos serviços de tecnologia da informação do Órgão.

3.5. Optou-se pela cotação de preços nos termos da IN SLTI/MP n. 5/2014 uma vez que os sistemas oficiais de preços (SINAPI e SICRO) não têm dados de instalações de dados com cabos UTP.

3.6. Os documentos da pesquisa de mercado, juntados aos autos do Processo Administrativo de referência deste instrumento, apontam para a seguinte relação de custo total estimado:

EMPRESA	VALOR
CPD Informática	R\$ 25.872,50
NCT Informática	R\$ 14.853,10
NJ Engenharia	R\$ 14.502,50

4. VISTORIA

4.1. A vistoria é facultativa, porém, em alusão ao texto do Acórdão nº 889/2010, Plenário, do TCU, é salutar que a futura Contratada conheça as condições locais onde serão cumpridas as obrigações, objeto da contratação, a fim de identificar eventuais necessidades de adaptações que se fizerem necessárias para a prestação dos serviços.

4.2. A contratada que abdicar da vistoria não poderá alegar a existência de impedimentos para a perfeita execução do objeto, amparada no desconhecimento das instalações ou do local onde realizará os serviços.

4.3. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a pretensa Contratada poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços antes da apresentação da proposta, acompanhada por servidor designado para esse fim, em dias úteis, das 08h00 às 12h00 ou das 14h00 às 18h00, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail sti.ditec@dpf.gov.br.

4.4. Para melhor dimensionamento dos serviços e materiais necessários, a Contratada poderá fazer uma nova vistoria nos locais afetados pelo objeto da contratação, devendo para tanto comunicar a TI/DITEC/PF pelo e-mail sti.ditec@dpf.gov.br.

4.5. Qualquer vistoria deverá ser agendada com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, informando o nome completo e o número do documento oficial de identificação de cada um dos funcionários que farão a vistoria.

4.6. Todo o pessoal envolvido com a vistoria deverá estar devidamente identificado.

4.7. Qualquer custo com material adicional que seja necessário e que não esteja especificado claramente na proposta comercial da Contratada será de sua exclusiva e única responsabilidade.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. MODALIDADE LICITATÓRIA

6.1. As características da contratação se submetem à previsão da modalidade de Pregão e enquadrada na dispensa disposta no Art. 24, inciso I, da Lei 8.666/1993, a depender do resultado da pesquisa de mercado.

6.2. Quanto à definição do serviço objeto da contratação, vislumbra-se ser serviço de engenharia nos termos da Lei, pela natureza das atividades a serem executadas, descritas no objeto, e do caráter amplificador do cabeamento estruturado já existente no prédio da DITEC/PF, devendo o serviço ser executado por profissional (Engenheiro Eletricista ou Engenheiro de Redes) com a devida competência legal.

6.3. Neste sentido, é importante citar:

*“Consequentemente, serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. **Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.***

*A distinção é relevante para a escolha da modalidade licitatória cabível, vez que **apenas os serviços comuns de engenharia podem e devem ser obrigatoriamente licitados por meio de pregão**, de modo que o órgão técnico deverá analisar cuidadosamente as características da atividade a ser contratada a fim de corretamente caracterizá-la como obra ou serviço de engenharia e fundamentar convincentemente a decisão adotada.”* (grifos nossos) (BRASIL. AGU. **Manual de Obras e Serviços de Engenharia**: fundamentos da licitação e contratação, 2014, pp 11,12).

6.4. O objeto desta contratação visa expandir o atual cabeamento estruturado da edificação da DITEC/PF a fim de recepcionar uma nova funcionalidade, a rede *wireless*.

6.5. Quanto à pesquisa de mercado que norteia a escolha pela exigência ou dispensa da licitação, nos estritos termos da Lei 8.666/1993, a seleção do parâmetro para obtenção das estimativas foi feita com fulcro no artigo 2º da IN SLTI/MP n. 5/2014.

6.6. A pesquisa com fornecedores mostra-se como meio subsidiário, devendo ser priorizados a publicação no Portal de Compras Governamentais, ou publicações em mídia especializada, ou contratações similares de outros entes públicos. Entretanto, o objeto deste instrumento possui características e especificidades que inviabilizam a adoção dos três parâmetros com maior preferência, como a possibilidade de se utilizar eletrocalhas e eletrodutos já existentes no prédio da DITEC/PF em alguns locais, assim como patch panels de algumas salas de telecomunicações.

6.7. Pelo exposto, será adotado o parâmetro descrito no inciso IV do artigo 2º da IN SLTI n. 5/2014 e será aplicado como paradigma o menor preço dentre os valores obtidos, jeto conforme artigo 2º, § 2º, da mesma norma.

7. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Antes do início da execução dos trabalhos, a Contratada encaminhará formalmente à TI/DITEC/PF o nome completo e o número do documento oficial de identificação de cada um dos funcionários que executarão os serviços.

7.2. Deverá ser registrado, junto ao CREA-DF, ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), relativo aos serviços a serem executados por profissional (Engenheiro Eletricista ou Engenheiro de Redes) com a devida competência legal.

7.3. Todos os funcionários da Contratada deverão utilizar equipamentos de proteção individual apropriados e previstos em lei.

7.4. Qualquer dano causado pela Contratada ou seus prepostos à DITEC/PF, seja por imperícia, acidente, imprudência ou negligência, deverá ser reparado imediatamente.

7.5. No caso de necessidade de interrupção de outros serviços ou de funcionamento de equipamentos, esta interrupção deverá ser planejada e acordada com a DITEC/PF com antecedência mínima de 1 (um) dia útil.

7.6. Qualquer alteração que seja necessária no decorrer da execução do objeto da contratação deverá obter aprovação prévia da DITEC/PF.

7.7. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

a) Toda a execução dos serviços, desde o planejamento até a entrega do relatório de conclusão (*as built*) não poderá superar 30 (trinta) dias, a contar da data da emissão da Nota de Empenho;

b) A Contratada deverá credenciar junto à DITEC/PF todo o pessoal que será empregado nos trabalhos;

c) A Contratada e a DITEC/PF deverão antes do início dos trabalhos, fazer uma reunião de planejamento de execução, definindo no mínimo as seguintes informações:

I - qual será a ordem de execução dos serviços, por bloco e por pavimento;

II - qual será o eventual impacto dos trabalhos, durante a execução, na rotina de trabalho dos servidores da DITEC/PF;

III - qual e quanto será o material utilizado em cada pavimento de cada bloco, como eletrocalhas ou eletrodutos anti-chama (copex), *patch panels*, *patch cords* e conectores (RJ-45 e keytones), por exemplo.

d) O serviço somente será recebido se os pontos de rede estiverem corretamente posicionados, horizontal e verticalmente, se estiverem testados e certificados nos termos da NBR 14565 e ANSI/TIA/EIA 568B;

e) Para a realização dos testes, deverá ser adotado pela Contratada um equipamento scanner apropriado e deverão ser apresentadas as seguintes informações que serão registradas em relatório: pinagem (wire map), indicação por pares testados de, no mínimo: comprimento, atenuação, retardo de propagação, e resistência e impedância (ambas em ohms);

f) Ao final dos trabalhos e como requisito do recebimento definitivo, a Contratada deverá apresentar à DITEC/PF um relatório, com o timbre da Contratada e em arquivo formato PDF, de todos os pontos instalados, bem como do resultado dos testes e certificações efetuados, retratando a forma exata como foi cumprido o objeto contratado (*as built*), dentro das exigências deste instrumento;

g) O projeto de *as-built* e o relatório final devem ser registrados junto ao CREA-DF por profissional com competência legal.

7.8. Ao final da execução dos serviços, os pontos de rede deverão estar plena e completamente aptos a conectividades dos *access points*, demonstradas pelos testes acompanhados por pessoal da DITEC/PF, pelo relatório de certificação dos pontos, devendo todas estas informações constar claramente no *as-built*.

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. A demanda do órgão tem como base as características neste Projeto Básico, especialmente no detalhamento do objeto, na forma de prestação do serviço, nas obrigações da Contratada e na garantia.

8.2. Os serviços deverão ser prestados em dias úteis, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00, nas dependências da DITEC/PF, no SAIS Quadra 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul, Brasília-DF, CEP 70610-200.

8.3. A proposta deverá conter a relação detalhada dos materiais e serviços a serem empregados, como o apresentado na tabela meramente exemplificativa a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Cabo UTP Cat. 5e	metro	3100	R\$	R\$
2	Conector macho RJ45 – Cat. 5e	peça	100	R\$	R\$
3	Conector fêmea RJ45 – Cat. 5e	peça	47	R\$	R\$
4	Patch cord UTP de 1,5 metro, RJ45-RJ45, Cat. 5e	peça	47	R\$	R\$
5	Patch cord UTP de 0,5 metros, RJ45-RJ45, Cat. 5e	peça	47	R\$	R\$
6	Eletroduto	metro	10	R\$	R\$
7	Saída lateral	peça	47	R\$	R\$
8	Espelho 4x2 para um ponto RJ-45	peça	47	R\$	R\$
9	Elaboração do Plano de Projeto	serviço	01	R\$	R\$
10	Instalação do cabeamento e dos conectores	serviço	01	R\$	R\$
11	Certificação de todo o cabeamento - Cat. 5e	serviço	01	R\$	R\$
12	Elaboração do Relatório de Projeto (<i>as built</i>)	serviço	01	R\$	R\$
TOTAL GERAL					R\$

8.4. Em função de os serviços serem realizados em área de segurança, com acesso controlado, todo o pessoal envolvido deverá ser previamente credenciado junto à Contratada, agir com zelo e tomar todas as precauções para não causar transtornos às pessoas e às instalações.

8.5. Os serviços serão executados nos locais mencionados na descrição do objeto.

9. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Todo o material deverá ser de boa qualidade e estar de acordo com as normas ANSI/TIA/EIA e NBR pertinentes, para categoria 5e.

9.2. O pessoal empregado para a execução do serviço deverá ter qualificação apropriada;

9.3. Todos os pontos de rede deverão ser instalados dentro dos padrões de qualidade regulamentares e de mercado e deverão ser testados e certificados, nos termos deste Projeto Básico, pela Contratada na presença de um técnico da Área de Tecnologia da Informação da DITEC/PF.

9.4. O teste e a certificação dos pontos de rede deverão ser efetuados por meio de equipamentos apropriados, como scanner, e deverão produzir as informações mínimas definidas nestes Projeto Básico.

9.5. Ao final dos trabalhos e como requisito do recebimento definitivo, a Contratada deverá apresentar à DITEC/PF um relatório, com o timbre da Contratada e em arquivo formato PDF, de todos os pontos instalados, bem como do resultado dos testes e certificações efetuados (*as built*) dentro das exigências deste instrumento;

10. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

10.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na quantidade e qualidade necessária à prestação dos serviços.

10.2. A Contratada deverá empregar às suas expensas exclusivas todo o material eventualmente necessário, como cabos metálicos de par trançado (UTP) homologados para Cat.5e, eletrocalhas ou eletrodutos anti-chama (copex), patch panels, cabos de ligação (patch cords) com a dimensão apropriada e conectores (RJ-45 e keytones).

10.3. Poderão ser utilizados os dutos e calhas já instalados no prédio da DITEC/PF, desde que haja disponibilidade para os novos cabos objeto desta contratação.

10.4. Qualquer custo com material adicional que seja necessário e que não esteja especificado claramente na proposta comercial da Contratada será de sua exclusiva e única responsabilidade.

10.5. Todo material utilizado na instalação dos pontos passará à propriedade e posse da Polícia Federal.

11. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

11.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada imediatamente após a emissão da Nota de Empenho e deverá ser concluída em um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

11.2. Os serviços deverão ser executados nas dependências da DITEC/PF, no SAIS Quadra 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul, Brasília-DF, CEP 70610-200.

11.3. A contratada deverá apresentar, no início dos trabalhos, um plano de projeto contendo o cronograma de execução das atividades, a relação do material empregado e dos técnicos da Contratada que executarão os serviços, constando a referida qualificação de cada um, bem como a data de previsão de entrega. Este plano de projeto terá a natureza de projeto executivo.

11.4. Será admitida a reformulação do plano de projeto no desenvolver dos serviços, mas esta medida é excepcional, deve ser evitada e sua admissibilidade e conveniência serão avaliadas pela DITEC/PF, podendo ser rejeitada a reformulação e aplicação das sanções previstas neste instrumento. Em função disto, o plano de projeto deverá possuir estreita relação com as soluções técnicas demandadas neste Projeto Básico.

11.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pela DITEC/PF, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

11.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pela DITEC/PF, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

11.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere este item não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da execução incorreta do objeto deste Projeto Básico.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2017, a cargo da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal, no Programa de Trabalho nº _____, Fonte _____, Natureza de despesa nº _____.

13. PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado pela DITEC/PF no prazo de 30 (trinta) dias, contados da

apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

13.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

13.5. Não serão necessários desembolsos parciais no decorrer do tempo de execução, pois o serviço poderá ser executado em prazo curto (até 45 dias) e em uma única etapa, portanto, sem a necessidade de cronograma físico-financeiro.

13.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a DITEC/PF.

13.7. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

13.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.

13.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela DITEC/PF, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100)/365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

14. GARANTIA

14.1. A Contratada deverá prover garantia dos serviços vinculada à emissão da Nota de Empenho, sanando todos problemas com o cabeamento que tenham relação com o serviço objeto desta contratação, inclusive com substituição de materiais defeituosos, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data de emissão do termo de recebimento definitivo.

14.2. A solução completa dos problemas deverá ser apresentada em no máximo 2 (dois) dias úteis contados da data de abertura de ordem de serviço, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Projeto Básico.

14.3. A Contratada deverá apresentar à DITEC/PF, como requisito para o recebimento definitivo, uma carta de responsabilidade comprometendo-se a cumprir os termos da garantia e onde conste o canal de

contato para atendimento em dias úteis e em horário comercial (8X5) para a abertura de ordens de serviço (telefone, e-mail ou link do sítio eletrônico da Contratada).

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as previsões deste instrumento e os termos de sua proposta;

15.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

15.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

15.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

15.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o art. 36, § 8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008;

15.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto deste instrumento;

15.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

15.8. Arquivar, entre outros documentos, do plano de projeto, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

15.9. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto:

a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução e registrado junto ao relatório final perante o CREA-DF por profissional com competência legal;

b) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à DITEC/PF no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das exigências deste Projeto Básico, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta.

16.2. Priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços.

16.3. Indicar responsável técnico com registro de ART no CREA-DF para acompanhar a execução dos serviços.

16.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela DITEC/PF, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

16.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a DITEC/PF autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

16.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

16.7. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

16.8. Apresentar à DITEC/PF a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

16.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à DITEC/PF.

16.10. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.

16.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da DITEC/PF.

16.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo objeto deste Projeto Básico, devendo a Contratada relatar à DITEC/PF toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

- 16.13. Relatar à DITEC/PF toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 16.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 16.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução dos serviços objeto deste instrumento.
- 16.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.17. Manter preposto aceito pela DITEC/PF nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do objeto com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
- 16.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da DITEC/PF.
- 16.19. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da DITEC/PF.
- 16.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 16.21. Comunicar à DITEC/PF, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 16.22. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela DITEC/PF ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 16.23. Paralisar, por determinação da DITEC/PF, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 16.24. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 16.25. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços.
- 16.26. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR, as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto desta contratação e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010).
- 16.27. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Projeto Básico, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.28. Assegurar à DITEC/PF, nos termos do artigo 19, inciso XVI, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008:
- a) O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à DITEC/PF distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - b) Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de dos demais produtos gerados na execução dos serviços objeto deste instrumento, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da DITEC/PF, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 16.29. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 16.30. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 16.31. Submeter previamente, por escrito, à DITEC/PF, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 16.32. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido neste instrumento, neste Projeto Básico, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pela DITEC/PF.

16.33. Caso utilize matéria-prima florestal, que seja ela somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

16.34. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução dos serviços objeto deste instrumento, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

I - Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução do objeto deste instrumento tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

16.35. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

I - resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

II - resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

III - resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

IV - resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

c) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

16.36. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução do objeto deste instrumento, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

b) Na execução dos serviços, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

c) Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução dos serviços, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

16.37. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da DITEC/PF, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

16.38. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos.

16.39. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, rede de computadores, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.).

16.40. Fornecer o plano de projeto, com natureza de projeto executivo, desenvolvido pela Contratada, que formará um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

a) A elaboração do plano de projeto deverá apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

16.41. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar à DITEC/PF os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

16.42. Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros ou equívocos no dimensionamento da proposta.

16.43. A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total da futura contratação, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

16.44. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a emissão da Nota de Empenho, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações previstas neste instrumento, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico e os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

17. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

17.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da DITEC/PF.

17.2. O acompanhamento e controle da execução dos serviços serão efetuados pela Área de Tecnologia da Informação – TI/DITEC/PF.

17.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

17.4. A execução dos serviços deverá ser acompanhada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº

02, de 2008, quando for o caso.

17.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

17.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades determinadas neste Projeto Básico, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente.

17.7. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente.

17.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da DITEC/PF ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18. SUBCONTRATAÇÃO

18.1. A execução dos serviços compreende um único ramo de atividade (cabeario estruturado) e, portanto, dispensa a subcontratação, pois a contratada terá condições técnicas e operacionais para a execução de todo o serviço.

18.2. Desta forma, não será admitida a subcontratação do objeto da contratação.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do objeto da contratação;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não manter a proposta.

19.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a DITEC/PF;
- b) multa moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- c) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total do objeto;
- I - em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- f) impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a DITEC/PF pelos prejuízos causados;

19.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de

atos ilícitos praticados.

19.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à DITEC/PF serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

a) Caso a DITEC/PF determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília, DF.

JOÃO CESAR DE OLIVEIRA

PERITO CRIMINAL FEDERAL

Responsável pela Área de Tecnologia da Informação - Substituto

APROVAÇÃO ADMINISTRATIVA

Tendo em vista o rigor técnico do presente instrumento, aprovo os termos do presente Projeto Básico e encaminho os autos ao SELOG/DITEC/PF, responsável pelas licitações e pela instrução das contratações, para dela extrair todos os elementos necessários à instrução do processo, nos termos da lei, e adoção das demais providências pertinentes à matéria a fim de que proceda à contratação por dispensa de licitação.

Reconheço a necessidade dos serviços que ora se propõe a contratar – como serviço de engenharia por empreitada integral conceituada pelo art. 6º, inciso VIII, alínea "e", da Lei n. 8.666/1993 – e sua essencialidade para o bom desempenho das atividades da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal, em especial para que se efetive a instalação da rede de dados sem fio nas edificações desta Unidade.

Autorizo a elaboração do respectivo processo de contratação na forma da Lei nº 8.666/93, bem como seja observada a disponibilidade orçamentária e financeira tendo como parâmetro o valor estimado na pesquisa de preços mencionada neste instrumento, para fazer frente às despesas do objeto do procedimento em comento.

JOSÉ JAIR WERMANN

PERITO CRIMINAL FEDERAL

Diretor Técnico-Científico

¹Documento elaborado com base no modelo disponível em http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/295795. Acesso em 18 abril 2017.

Comissão Permanente de Atualização de Editais da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para pregão – Serviços comuns de engenharia
Atualização: 10/10/2014



Documento assinado eletronicamente por **JOAO CESAR DE OLIVEIRA, Perito(a) Criminal Federal**, em 05/06/2017, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 13524367



Documento assinado eletronicamente por **JOSE JAIR WERMANN, Diretor(a)**, em 29/06/2017, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **2757850** e o código CRC **C87A05FE**.